PRINCIPIOS PARA UMA ESCOLA INCLUSIVA

"O princípio das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentam."

Declaração de Salamanca (1994)

A escola inclusiva visa proporcionar a melhor educação possível a todas as crianças em geral, respeitando a sua diversidade e diferenças, adaptando-se a elas e adequando o ensino às suas características, de modo a que possam conviver harmoniosamente. Potencializar sentimentos de pertença, prazer, entusiasmo, segurança, valorização e liberdade devem ser os princípios orientadores da prática educativa regular do professor na sala de aula.

Para que a criança com deficiência ou qualquer outro tipo de necessidades educativas especiais possa beneficiar da inclusão, é necessário conseguir criar as condições necessárias para que atinja o sucesso educativo, adequadas às suas características de aprendizagem, através de adaptações do currículo, recursos humanos adequados, instrumentos de avaliação, materiais de apoio e equipamentos tecnológicos ao dispor do processo ensino-aprendizagem. Assim, a Lei de Bases do Sistema Educativo de 14 de Outubro, no artigo 18º (Organização da Educação Especial) refere: *"A escolarização básica para crianças e jovens deficientes deve ter currículos e programas devidamente adaptados às características de cada tipo e grau de deficiência, assim como formas de avaliação adequadas às dificuldades específicas".*

A inclusão só se torna possível quando todos os intervenientes neste processo que é a educação, trabalhem cooperativamente, tendo em mente uma missão comum: assegurar às crianças condições para o desenvolvimento das suas capacidades físicas, intelectuais, emocionais, comunicativas, sociais e ajudando-as a reduzir as suas limitações. Tal como defende Rodrigues (1998), a escola inclusiva *"...reconhece as diferenças, trabalha com elas para o desenvolvimento e dá-lhes um sentido, uma dignidade e uma funcionalidade."*

O princípio da inclusão propõe que se criem factores ambientais que estimulem o bem-estar e a estabilidade da pessoa com deficiência, nomeadamente:

- Factores relacionados com a vida física (saúde, estado físico e nutrição);
- Factores relacionados com a vida material (casa, posses e rendimento);
- Factores relacionados com a vida social (presença na comunidade);
- Factores relacionados com o desenvolvimento cognitivo (estimulação e educação em contextos enriquecedores).

Assim, as Ciências da Educação têm-se debruçado na tentativa de interpretar as necessidades educativas e sociais dos indivíduos portadores de deficiência, para que seja possível a sua reabilitação e rentabilização humana, através de infra-estruturas de apoio às suas famílias, na formação académica e profissional e preparação para o mercado de trabalho.

Este é um desafio que se coloca à escola, cada vez mais um veículo promotor da valorização das capacidades de cada aluno para "...conseguir que a generalidade dos alunos..." independentemente "...de deficits de qualquer tipo, consigam ter sucesso na sua aprendizagem." (Ainscow, 1997)

Todos os alunos com Necessidades Educativas Especiais precisam de um currículo adequado às suas potencialidades, de estratégias de ensino que enriqueçam a sua diferença, adaptando os meios técnicos e materiais, de forma a torná-los autónomos e capazes de organizar satisfatoriamente a sua própria existência. Para que tal suceda, uma avaliação correcta dos vários domínios pedagógicos, a intervenção e participação das famílias implicadas no processo educativo, poderão determinar uma programação de "caminhos" a seguir, para que estes alunos atinjam competências essenciais exequíveis. Para tal, deve-se ter em consideração a motivação e a permanência do interesse destes pela aprendizagem e a criação de condições no presente para que no futuro possam ter uma acção mais activa na família, sociedade e profissão, que se lhes perspective agradável e com qualidade de vida.

Em conclusão, a sociedade em parceria com a escola, deve fomentar a efectiva inclusão destes alunos, para que seja conseguido *"...o aumento do nível de competências adaptativas e capacidades funcionais, maximização dos objectivos habilitativos relacionados com o bem estar físico, psicológico e funcional, o desenvolvimento das características envolvimentais de presença na comunidade..."* (Morato, 1996)

Bibliografia de suporte:

Ainscow, M. et al (1997) Caminhos para as escolas inclusivas, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.

Declaração de Salamanca (1994). Edição do Instituto de Inovação Educacional.

Morato, P. P. (1998) Deficiência mental e aprendizagem, Lisboa, Secretariado Nacional para Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência.

Pires, L. E. (1987) Lei de Bases do Sistema Educativo: apresentação e comentários, Porto, Edições ASA.

Rodrigues, D. (1998) Paradigma para a Educação Inclusiva: reflexão sobre uma agenda possível (comunicação apresentada no VII Encontro Nacional de Educação Especial)

in: jornal "Terra Nostra" de 11/05/2007